



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DESPACHO

**Direta de Inconstitucionalidade      Processo nº 2025484-95.2014.8.26.0000**

**Relator(a): ANTONIO LUIZ PIRES NETO**

**Órgão Julgador: ÓRGÃO ESPECIAL**

**Vistos.**

Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com pedido de liminar, tendo por objeto a Lei Municipal nº 2.900, de 15 de julho de 2013, que "dispõe sobre a prioridade de passagem de pedestres nas vias e logradouros públicos do município de Cordeirópolis". O autor alega (i) ofensa ao princípio constitucional do pacto federativo e da separação dos poderes; (ii) existência de vício de iniciativa e (iii) falta de indicação dos recursos disponíveis para atender aos novos encargos, daí porque teria ocorrido ofensa às disposições do art. 1º, art. 5º, art. 24, § 2º, item "2", art. 25, art. 47, incisos II e XIV e art. 144, todos da Constituição Estadual.

Em sede de **cognição sumária e superficial**, sem adentrar ao mérito da questão, anoto, desde já, que a Lei acioimada de inconstitucional, no presente caso, versa especificamente sobre trânsito de veículos em vias públicas no município de Cordeirópolis, cuja competência, em princípio, é da União, tanto que a mesma matéria (referente à prioridade de passagem de pedestres) já está disciplinada, em âmbito nacional, nos artigos 70 e 214 do Código de Trânsito Brasileiro. Anota-se, ainda, que essa lei impugnada, de iniciativa parlamentar, impõe obrigações ao Chefe do Poder Executivo, sem indicar os recursos disponíveis para atender aos novos encargos, daí a plausibilidade da existência do vício de inconstitucionalidade, como tem decidido o C. Órgão Especial em casos semelhantes.

Consta, ademais, que a lei impugnada já se encontra em vigor, e que a urgência do pedido, por isso presente o



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por ANTONIO LUIZ PIRES NETO. Para acessar os autos processuais, acesse o site <http://esaj.tjrs.jus.br/assessoria/fiscalizacao/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 2025-484-36-2014, o número 691-C-70.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

*"periculum in mora".*

Pelo exposto e em suma, **DEFIRO A LIMINAR** para suspender a eficácia da Lei nº 2.900, de 15 de julho de 2013, do Município de Cordeirópolis, até final decisão do Colendo Órgão Especial deste Tribunal de Justiça.

Expeçam-se ofícios ao Sr. Prefeito e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal daquele município de Cordeirópolis comunicando o teor desta decisão para cumprimento e requisitando as informações que deverão ser prestadas no prazo legal.

Em seguida, cite-se o Sr. Procurador Geral do Estado, para manifestar-se sobre o pleito aqui deduzido.

Int.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2014.

**Antonio Luiz Pires Neto**  
**RELATOR**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

